



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento  
Comissão Permanente de Compras e Licitação

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

## JUSTIFICATIVA

### I - DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Tratam-se os autos de procedimento para aquisição do serviço de acesso, via web, ao pacote de Normas Técnicas Brasileira (NBR's).

O processo administrativo foi instaurado a partir da informação prestada no Id. nº 0023192, exarado pela Diretoria de Engenharia.

A Diretoria de Engenharia elaborou estudo técnico preliminar (id. 0025236) e termo de referência (id. 0092613). Em seguida foram realizadas pesquisas de preços junto a fornecedores, contratações de outros órgãos e banco de preços.

De acordo com a planilha mercadológica (id. 0097305), o preço estimado da aquisição é de R\$ 2.374,33 (dois mil trezentos e setenta e quatro reais e trinta e três centavos). Considerando que o preço estimado está abaixo do limite de dispensa de licitação, a Secretária-Geral de Administração e Planejamento determinou, através do despacho (Id. 0100195) o prosseguimento mediante dispensa de licitação.

Verifica-se na planilha que a empresa que ofertou o menor preço foi a TARGET ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.000.028/0001-29, no valor de R\$ 1.740,00 (mil setecentos e quarenta reais). Foi consultada e extraída a certidão do SICAF onde consta a informação acerca da regularidade fiscal e trabalhista da empresa (Id. 0103240).

O Departamento de Contabilidade informou que até a presente data, para o exercício financeiro de 2022 na UG - 300011 – FUNDEP e na UG - 300001 – DPE **não há** empenhos emitidos para a referida natureza e subelemento em questão, que tratem do mesmo objeto da pretensa aquisição, conforme se verifica na informação (Id. 0101126).

Posteriormente a Diretoria de Planejamento, Orçamento e Gestão emitiu Pré-empenho (Id. 0101267), no valor do total estimado para a contratação, R\$ 2.374,33 (dois mil trezentos e setenta e quatro reais e trinta e três centavos).

Portanto, em atendimento ao despacho exarado pela Exma. **Secretária-Geral de Administração e Planejamento** (Id. 0100195), no sentido de que seja elaborada justificativa de dispensa de licitação, caso presente a hipótese ensejadora, esta Comissão assim se posiciona.

### II - DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

A aquisição em tela se justifica na medida em que a elaboração e o desenvolvimento de documentos técnicos/administrativos carecem de fontes e bibliografias confiáveis. Nesse sentido, as normas técnicas, ao discorrerem sobre atividades diversas, obras

e compra de produtos e serviços, atendem às necessidades dos servidores técnicos da instituição, visto que o uso promove o aumento da eficiência, segurança e a qualidade de seus projetos.

Por outro lado, a pesquisa e acesso a normas técnicas e a documentos regulatórios em sites não confiáveis podem acarretar a utilização de documentos desatualizados e obsoletos. Dessa forma, os servidores podem colocar a organização em risco nos seguintes aspectos:

- I. Não conformidades em auditorias da qualidade;
- II. Prejuízos financeiros;
- III. Processos judiciais;
- IV. Atraso na prestação de serviços;
- V. Danos à imagem institucional da organização;
- VI. Crimes ambientais.

A Diretoria de Engenharia, no que tange a justufucativa em questão ainda dispôs que:

Ademais, cabe salientar que é fundamental a elaboração de projetos e procedimentos em conformidade com os parâmetros estabelecidos por normas. Considerando uso normativo, tende a assegurar as edificações e instalações em condições mínimas de segurança, além de influenciar na economia, salubridade, harmonia estética, acessibilidade e qualidade do serviço prestado.

O cumprimento das obrigações legais relativas à normalização de determinados assuntos permite regulamentar o desempenho das atividades em conformidade com as normas técnicas nacionais e internacionais, bem como integrar confiança e qualidade nos serviços prestados.

Deste modo, a contratação visa manter atualizadas as Normas Técnicas Brasileira (NBR's) que fornecem regras, diretrizes ou características necessárias para auxiliar nas atividades rotineiras da Diretoria de Engenharia.

Por fim, justifica-se e motiva-se a realização desta contratação para atender as necessidades desta Defensoria, ao que tange à padronização dos procedimentos internos quanto ao acesso e organização das normas, de modo a proporcionar melhores resultados.

### **III - DA LEGALIDADE**

É de conhecimento público que contratação de qualquer serviço através dispensa de licitação constitui medida excepcional na política de aquisições/contratações do poder público, e por isso, tal procedimento deve ser subsidiado por elementos objetivos indispensáveis à sua legalidade.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

A Constituição Federal de 1988 concedeu a possibilidade da contratação sem licitação desde que especificados em legislação, por lei ordinária. Diante disso a Lei nº

8.666/1993 estabeleceu a figura da **dispensa de licitação (art. 24)** e inexistência de licitação (art. 25).

Ao compulsar os autos, verificam-se elementos objetivos que subsidiam legalmente o emprego da dispensa de licitação para a contratação ora pretendida, tendo em vista o valor acima citado.

Diante disso, após análise dos autos, verificou-se que a presente contratação poderá ser realizada por meio de dispensa de licitação em razão do baixo valor da aquisição, segundo dispõe o art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993, conforme trecho transcrito abaixo:

Art. 24. É dispensável a licitação.

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até **10% (dez por cento)** do limite previsto na **alínea "a", do inciso II do artigo anterior** (R\$ 8.000,00) e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia:

(...)

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior

a) Convite - até **R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais)

No entanto, é oportuno informar que o Decreto Federal nº 9.412/2018, atualizou os valores limite de três modalidades de licitação – convite, tomada de preços e concorrência, o que influencia diretamente no valor da dispensa de licitação prevista no artigo 24 da lei 8.666/93. Vejamos a redação do referido decreto:

Art. 1 - Os valores estabelecidos nos [incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), ficam atualizados nos seguintes termos:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

Portanto, o valor máximo para as dispensas de licitação prevista no art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993 passa a ser de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).

Para ocorrer a dispensa de licitação, a lei de Licitações traz outras exigências, previstas no art. 26, senão vejamos:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2o e 4o do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexistência referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8o desta

Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

A esse respeito, nota-se que foram satisfeitas as exigências do referido artigo, nesse sentido fazem-se necessárias às considerações abaixo:

1 - Quanto ao inciso I, não é aplicado ao caso;

2 - Quanto ao inciso II, à razão do fornecedor ou executante, qualifica-se por ser a empresa especializada que apresentou menor preço entre as propostas, possuir regularidade fiscal e trabalhista para contratar com a Administração.

3 - Quanto ao inciso III, a justificativa do preço encontra-se na proposta de preços apresentada pela empresa TARGET ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.000.028/0001-29, no valor de R\$ 1.740,00 (mil setecentos e quarenta reais), cujo valor é inferior ao preço médio apurado em planilha mercadológica.

4 - Quanto ao inciso IV, não é aplicado ao caso.

Assim sendo, verifica-se que a presente contratação apresenta os requisitos legais, sendo possível, portanto, a dispensa de licitação com base no art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993.

#### IV - DA CONCLUSÃO

Pelas razões expostas, e, sobretudo, pela estrita observância aos dispositivos legais que regulamentam a matéria para as aquisições aqui especificadas, justifica-se a contratação direta por **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, observada as demais exigências legais, para validar o respectivo ato.

Destacamos que a presente manifestação não vincula a decisão superior acerca da conveniência e oportunidade do ato, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que está carreado ao processo. Contudo, vem somar no sentido de fornecer subsídios a autoridade superior, a quem cabe a análise desta decisão.

Porto Velho - RO, na data da assinatura.

**Antônio Carlos Mendonça Tavernard**  
Analista Jurídico da CPCL/DPE/RO



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Mendonca Tavernard, Analista Jurídico**, em 10/10/2022, às 09:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://www.defensoria.ro.def.br/validar\\_sei](https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei) informando o código verificador **0103186** e o código CRC **E23B67C2**.

